

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR

Sandra de Oliveira ¹

RESUMO

Analisar a escola como organização, direção e gestão é, de certa forma, um desafio pela complexidade que se apresentam às discussões dos problemas no setor educacional, que faz parte de um sistema produtivo mais amplo, justamente por seu poder regulador. A preocupação com a educação que considera as relações entre as pessoas dentro de uma escola é ainda, no contexto que está inserida, não é nenhuma novidade pedagógica da qual se devam vangloriar seus educadores que enxergam a escola como uma organização responsável por uma função social, a qual deve cumprir seu verdadeiro papel: a formação do cidadão. Sendo assim, percebe-se que apesar de existir propostas para as mudanças para construção de uma escola autônoma (principalmente no papel), no real vivido, essa construção ainda não existe, ou pouco existe, e que o que se pode observar são propostas instituídas por decreto, o que descaracteriza a verdadeira autonomia da escola. Esta análise resulta de um esforço e de uma tentativa de exame destes problemas, que certamente não excluem outras possibilidades de análise.

Palavras-chave: Inclusão. Autonomia. Comunidade educativa.

1. INTRODUÇÃO

Neste mundo caracterizado pelas inúmeras exigências de um sistema predominantemente mais forte a outros diversos subsistemas que, procuram à medida do possível, readaptar aos avanços que são frutos da procura incessante de desenvolvimento e afirmação de poder, torna-se preocupante, de modo especial, estas exigências que são colocadas pelo sistema dominante (o capitalismo) ao setor da educação. Isso se faz emergir discussões, reflexões, a respeito da qualidade do ensino, da organização, direção e gestão da escola, que são imensamente interessantes para uma contribuição na busca de uma escola que ao desempenhar sua função social, o faça, com critérios envolvendo uma totalidade que a cerca, desde os integrantes considerados como funcionários da escola, até membros que às vezes não são considerados como integrantes ou como atores do

¹ E-mail: sandrinha_ffrcve@hotmail.com

desenvolvimento do processo educativo, no caso, todos os elementos que estão ligados ao contexto da escola – as comunidades.

Nesse sentido, procurou-se situar primeiramente a escola como organização e comunidade educativa. A escola tem sua função social, tem o seu papel que é a formação do cidadão através de uma pedagogia que considera o outro, ou seja, a pedagogia da alteridade.

Sobre escola inclusiva e inclusão social, como diz Morin (1999), há uma incessante necessidade de a escola construir seu próprio projeto educativo e considerar a realidade em que está inserido, considerar os direitos das pessoas, considerar o humano.

A escola como organização que aprende, precisa estar atenta aos pilares da educação (relatório da UNESCO) e os saberes citados por Morin (1999), para uma educação do futuro em que a busca maior é a realização do ser humano.

Por fim, este estudo aborda a questão da desconcentração que coloca a administração mais perto das escolas, a descentralização que ajuda na democratização da escola através da construção do projeto educativo, e a autonomia que é tão significativa, já que é a escola que vive o seu cotidiano, seus problemas e seus sonhos.

2. A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO E COMO COMUNIDADE EDUCATIVA

O termo organização é definido por vários autores ou especialistas, cada um com um modo particular de perceber os significados mais adequados às especificidades das diversas organizações existentes nos segmentos da sociedade que atualmente vive uma era de pleno domínio capitalista.

Para constatar uma maior abrangência ao termo organização, Chiavenato (1989, p. 61) afirma que “as organizações são unidades sociais (e, portanto, construídas de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos”. A escola existe como organização que, além de buscar seus objetivos, - entre outros, a formação do cidadão é o fator elementar – é constituída pelas relações que se estabelece entre as pessoas no seu cotidiano, tanto interna quanto externa ao espaço onde está construída.

De acordo com Sá (1999, p. 22), “definir as organizações como sistemas sociais significa definir um conjunto diferente de problemas e significa focalizar

diferentes aspectos da organização”. Dentro da organização deve-se considerar, o sujeito como parte do processo, as relações entre as pessoas e suas ações sociais para que cada organização tenha sua própria identidade caracterizada pela especificidade (creches, valores), construindo uma cultura.

A escola sempre foi considerada um local de desenvolvimento e cumprimento de atividades do sistema educativo. O avanço tecnológico, as políticas sociais, econômicas e educacionais caminham entrelaçadas com o avanço do capitalismo cada vez mais fortalecido, e este ajustamento é uma exigência do sistema, do mercado, que acaba sendo uma questão de sobrevivência para as organizações, sistemas, empresas, pessoas, etc., que lutam para acompanhar a evolução através de reformas, mudanças e inovações.

O que podemos prever e observar no sistema de ensino e especificamente nas escolas são as transformações que envolvem toda a estrutura funcional da comunidade educativa, desde diretor, professores e alunos, até o currículo, métodos para se trabalhar o conteúdo proposto ou previsto. Na verdade, almeja-se uma escola autônoma que pode ser alcançada através da construção do projeto educativo a partir da própria realidade da escola, sendo que, esta autonomia reforça a passagem de um sistema de estrutura vertical, característico de uma organização institucional descendente que privilegia a defesa dos interesses de classes, para um sistema de regulação horizontal no qual o que prevalece é a igualdade, a preocupação com o outro e o respeito pelas diferenças entre indivíduos.

3. ESCOLA INCLUSIVA E UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL

A educação inclusiva tem presentes às diferenças individuais do seu alunado, como também a crença de que cada pessoa se constrói socialmente. Esse pensamento tem como base os pressupostos teóricos do sócio construtivismo de Vygotsky e outros, segundo os quais o ser humano constitui-se nas interações sociais de cada momento histórico.

Rabelo (1996, p.19), afirma que:

O socioconstrutivismo enfatiza o caráter social da produção do conhecimento e as interações dialógicas. Os conceitos formulados dessa maneira são juízos de valores culturais que se formam nos processos de

ações coletivas, na cooperação social e na formação socializada do pensamento.

As interações são permeadas pela linguagem, cujos interlocutores, por meio dela, se transformam e transforma o mundo externo. É o constante entrelaçar da história social com a história individual. Por isso mesmo “o sujeito se faz como ser diferenciado do outro, mas formando na relação com o outro, singular, mas construído socialmente” (SMALKA, 1993, p. 10).

Se construirmos socialmente o nosso conhecimento nas relações interpessoais como os diferentes indivíduos em qualquer aspecto, não podemos negar às pessoas com necessidades especiais o direito de contribuírem com as suas diferenças nesse processo, como também de se constituírem através do mesmo.

A criança com alguma deficiência não é menos desenvolvida que a considerada “normal”, mas que se desenvolve de forma diferente. Este indivíduo contribuirá socialmente como os demais, diferenciando-se apenas quanto ao seu ritmo, e os caminhos percorridos na realização de suas funções psíquicas superiores (VYGOTSKY, 1999, p. 16).

Com base nesse parâmetro, é notório que o educador precisa resgatar o seu papel enquanto mediador responsável por possibilitar tanto a significação dos conhecimentos quanto à condução e redimensionamento do processo inclusivo na escola, no sentido de garantir a todas as pessoas, com deficiências ou não, o acesso e permanência no sistema de ensino. Para aceitar o desafio de mudança é preciso que a inclusão seja do interesse de todos.

O projeto educativo da escola precisa repensar a prática pedagógica para que o ensino se modernize e vá ao encontro das necessidades de seus alunos, da gestão democrática e da participação popular, sendo uma inovação que implica num esforço de atualidade primeira para uma educação comprometida com a qualidade e empenhada no redimensionamento da educação especial através de medidas viáveis empreendedoras para que a escola seja um espaço de exercícios democráticos e da cidadania e, sendo assim, o meio eficaz de combate à exclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional.

A inclusão tem como princípio a passagem de uma escola da mesmice para a pedagogia da alteridade, que preocupa com o outro que também é sujeito, tem desejos, tem memória e precisa ser respeitado.

4. A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO QUE APRENDE

A visão de missão de escola deve ser para a maioria, partilhada, significativa, participativa nas tomadas de decisões e ainda clara e acessível ao maior número de docentes. Sacristán (1995, p. 34) descreve que “a cultura escolar é uma caracterização, ou melhor, dita uma reconstrução da cultura, feita em razão das próprias condições nas quais a escolarização reflete suas pautas de comportamento e organização”.

A cultura escolar não deve ser encarada como os conteúdos – objeto a serem trabalhados na escola, e sim como o jogo de intercâmbios e interações presentes na dinâmica escolar de assimilação em que estão presentes crenças, aptidões, valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos implicados neste processo. A múltipla aprendizagem construída ou desenvolvida na escola é intensamente importante, porém, deve existir uma preocupação especial com o que não se aprende por ser desconhecido, não valorizado e até negado pela cultura escolar.

Quanto à partilha de êxitos, percebe-se que no cotidiano escolar existe ainda uma enorme dificuldade de valorizar o colega, o seu trabalho e as suas ideias. É bastante relevante na escola, essa valorização de todos e a ajuda mútua.

A estrutura da organização escolar, que envolve as relações entre os componentes, às decisões em conjunto, a participação, a organização do espaço físico da escola, liberdade etc., são essenciais para o sucesso da escola no desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Parece claro, portanto, que as características das escolas – tais como o estilo de direção, o grau de responsabilidade dos seus profissionais, a liderança organizacional compartilhada, a participação coletiva, o currículo, a estabilidade profissional, o nível de preparação profissional dos professores etc. – são determinantes da sua eficácia e do aproveitamento escolar dos alunos (LIBÂNEO, 2001, p. 21).

A forma da estrutura da organização escolar é fator principal para caracterizar a escola como uma organização aprendente, mas, torna-se necessário considerar também, as estratégias de escolas que englobam a prática educacional relacionada com a maneira de se aplicar os recursos materiais e de conhecimentos e é também de extrema importância a condução e coordenação das relações entre

os trabalhadores da instituição com vistas ao sucesso da escola como organização que aprende.

Sobre política de recursos, destacam-se aqui as escolas não sobrevivem sem este apoio, e que pela falta de autonomia, alguns recursos não são destinados para atender a realidade escolar ou ainda, são insuficientes. A verdadeira escola autônoma poderá ser conquistada com a construção do projeto educativo, com o envolvimento de todos os componentes da escola, de acordo com a realidade em que esta escola está inserida.

Se a função social da escola é ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade que a cada dia exige mais do ser humano, temos que pensar em mudanças educacionais em curto prazo, e para tanto deve haver uma dedicação coletiva dos envolvidos no sistema, para alcançar uma escola com a função social relatada anteriormente. Esta luta para fazer a escola ideal, com esta função social, já vem sendo travada e discutida a partir do início da década de 1990. Com o relatório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), citado por Morin (1999), a educação é concebida através dos princípios que constituem os quatro pilares da educação, sendo eles:

Aprender a conhecer que está relacionado ao domínio dos próprios instrumentos do conhecimento;
 Aprender a aprender através de habilidades cognitivas, atenção, memória e o pensamento mais complexo que é a análise e crítica;
 Aprender a fazer que se relaciona com a aquisição de competências envolvendo âmbito das diferentes experiências sociais de trabalho;
 Aprender a conviver que significa perceber a progressão do outro e da interdependência quanto à participação em projetos comuns;
 Aprender a ser que é o mesmo que auxiliar para o desenvolvimento total do outro: espírito, inteligência, responsabilidade, etc.; (SACRISTÁN, 1995, p. 56).

Edgar Morin (1999. 26;27), descreve que:

Há sete saberes fundamentais que a educação do futuro deveria promover em todas as sociedades e em todas as culturas:
 Ensinar o conhecimento do conhecimento assemelha-se ao aprender a aprender;
 Ensinar a religar os conhecimentos, se relaciona a visão integrada da realidade;
 Ensinar a condição humana, esta ligada à compreensão do significado do ser humano;
 Ensinar a identidade terrena, ligada à história e tem a ver com o valor da cidadania;

Ensinar a enfrentar as incertezas é buscar a modificação através de princípios que levam a certeza;
Ensinar a compreensão, visando o desenvolvimento da humanidade;
Ensinar a ética do gênero humano, relaciona-se à participação na comunidade, a consciência de ser homem, as autonomias individuais.

Nesse sentido, pode-se perceber uma escola cuja função se alinha para a realização plena do ser humano, conquistada pela ação concreta do real e pela convivência no cotidiano escolar através das relações dos atores e entre os atores, através da construção do conhecimento que deve estar sustentado pelos pilares da educação da UNESCO e os sete saberes citados por Morin (1999), necessários à educação do futuro, caracterizando, então, a escola como uma organização que aprende e desempenha sua verdadeira função voltada para a realização plena do ser humano no contexto em que se insere.

5. DESCONCENTRAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA

No mundo atual, um elevado nível de educação e de conhecimento real, possível de utilização concreta, é condição para o funcionamento adequado das sociedades modernas contemporâneas. Além dos conhecimentos específicos, as qualificações gerais que permitam a utilização da informação que hoje invade os lares, os escritórios, às ruas, a comunicação em forma de diferentes idiomas ou linguagens são intensamente significativas.

A definição dos objetivos estratégicos de ampliação do fortalecimento da cidadania e da competitividade implica para ser levada a prática, um esforço sistemático que deve se inspirar em critérios de equidade e desempenho e visar reformas institucionais que propiciem, ao mesmo tempo, a integração nacional e a descentralização. Fala-se, portanto, de uma equação que vincula conceitos e objetivos políticos diretamente a finalidades econômicas. A nova proposta sobre o papel do Estado com o abandono de suas funções dirigiu e centralizadoras visa criar condições para que práticas inovadoras não sejam impedidas ou condenadas ao fracasso pela burocratização e pela tendência a rotinização das forças estatais, favorecendo a regulação à distância, o impulso das autoridades e a avaliação dos resultados.

A autonomia consiste no jogo de dependências e interdependências que uma organização estabelece com o seu meio e que definem a sua

identidade. Nesse sentido, a autonomia é uma propriedade inerente a própria organização social que lhe permite estruturar-se em função de objetivos próprios (BARROSO, 1998, p. 32).

As políticas na área da educação devem dirigir-se à gestão institucional responsável (descentralização); à profissionalização e ao protagonismo dos educadores (modo atuação, formação e inserção dos docentes); ao compromisso financeiro da sociedade com a educação (ajuda dos pais e comunidade locais), a capacidade e esforço técnico-científico e cooperação regional, nacional e internacional.

Os sistemas educacionais, as instituições devem se preocupar com a clientela que entram em busca de uma formação e considerar o quanto as pessoas aprendem, o conhecimento afetivo e as habilidades perceptíveis na atividade concreta são o que interessa, e não anos de escolaridade. Isso pressupõe uma excelente formação básica, por meio da qual muitos desdobramentos se tornam possíveis. A questão da gestão e da autonomia, não apenas do sistema como um todo, mas das próprias escolas tornou-se o centro da discussão. “Dizer que uma escola é autônoma significa inverter por completo o quadro organizativo, administrativo e de gestão em que assentou desde a sua criação, a escola pública” (BARROSO, 1998, p. 35).

Exige-se um novo tipo de direção escolar com a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. As reformas visam obter eficiência das escolas em termos de real aprendizagem. Isso supõe uma pedagogia centrada nas discussões sobre a importância da educação como fator fundamental para o desenvolvimento humano, sustendo nas sete tensões da UNESCO que busca o equilíbrio entre o singular e o universal (respeito pela humanidade); global e o local, tradição e novidade (sem história, sem memória não há identidade); espiritual e material, soluções em curto prazo e em longo prazo; competição e igualdade de oportunidades; e entre capacidade de produzir conhecimento e compreensão do conhecimento.

Devemos considerar que a escola não funciona como um todo, se ela passa a ser olhada como uma unidade social, passa ser considerada com uma comunidade educativa, na qual os parceiros devem estar dentre desta comunidade e estabelecendo relações afetivas, morais, culturais, sociais, etc.

O sistema de educação deveria ser administrativo de acordo com sua finalidade: a eficiência da aprendizagem. A criação de um novo sistema de educação pública é uma das alternativas para tornar a escola eficiente. As escolas públicas junto com as privadas poderiam incorporar igualmente de um sistema baseado na descentralização, competição e escolha, competição pelo apoio dos pais e estudantes, livres para escolher a escola de sua preferência com base num sistema à custa do Estado. Essa possibilidade colocaria o sistema público sob pressão da competição, encorajando a reestruturação, a diferenciação, a flexibilidade e a especialização. Seria uma solução mais democrática que a aplicação de recursos para promover uma educação formal que, em virtude de sua eficiência em termos de real aprendizagem, aprofunda as desigualdades.

Devemos considerar também que a descentralização pensada como autonomia institucional, por sua vez, envolveria uma concepção sociologicamente inconsciente de instituição e, até por decorrência, estaria permeada por uma concepção que ignora ou menospreza o peso das relações culturais mais amplas que integram as relações sociais.

Deve, portanto, procurar estabelecer um equilíbrio das forças de influência – interna e externa – na escola, que abrange os governantes, comunidades docente, discente, de pais e outros membros que compõe a sociedade.

Portanto, a desconcentração remete para a multiplicação do sistema, faz com que a administração fique mais perto das escolas, e isto envolve também a descentralização que é a própria democratização da escola e está intimamente ligada ao projeto educativo.

A administração, mesmo que seja detentora do poder, tem que olhar para a escola de outra forma, é uma questão difícil de ser mudada, mas a escola deve passar a ter certa autonomia, pois ela é jovem como organização enquanto o Estado é sábio na questão da organização.

6. CONCLUSÃO

Os conceitos relacionados à organização e gestão da escola possuem grande relevância na luta por uma escola cumpridora do seu papel, como instituição que foi criada para a formação do indivíduo.

Deve-se então considerar que a escola está inserida num espaço físico, mas que existe um contexto ao seu redor, uma comunidade que estabelece relações com as pessoas ligadas diretamente a ela, o que não deve ser ignorado. São estas relações, os problemas existentes, os sucessos conquistados, os sonhos almejados, entre outras coisas que fazem parte da realidade, que só é vivida no cotidiano específico de cada organização educacional.

Para tanto, a escola deve procurar desenvolver um processo para a formação do cidadão, um contexto repleto de relações: afetivas, éticas, profissionais, participativas, compartilhadas, etc. Este processo deve ser construído por todos na escola, deve ser igualitário, deve promover a inclusão do indivíduo, pois se as relações com o outro são consideradas, a escola se torna democrática, descentralizada e autônoma.

Em suma, esta educação proposta deve saber conciliar paradoxo, tais como considerar dialeticamente a teoria e a prática, o particular e o universal, a necessidade e a liberdade, a eficácia técnica – conhecimento operacional – e a dimensão ética da pessoa humana: subjetividade e intersubjetividade, autonomia e autoridade, direitos e deveres, privado e público, tradição e evolução, unidade e multiplicidade, ser e vir a ser, conhecimento objetivo e reconhecimento ético, finitude e infinidade, movimento e repouso, trabalho e descanso, interioridade e exterioridade, mundo e natureza, meios e fins.

A consciência de interpretação dialética dos elementos citados acima, no processo educativo, favorecerá uma escola cumpridora do seu verdadeiro papel que é a formação do indivíduo: tarefa humana e humanizada repleta de desafios e passível de concretização.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João. **O Projeto de Escola Enquanto Eixo Estratégico de Desenvolvimento**. Apostila do 3º módulo do curso de mestrado Gestão e Planificação da Educação. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2170-livro-unir-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 dez. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw, 1989.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>.> Acesso em: 12 dez. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

RABELO, Annete Scotti. **Português Sinalizado**: comunicação total. São Paulo: Cortez, 1996.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo e Diversidade Cultural**. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. Territórios Contestados. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SMOLKA, R. **Texto Mimeografado**. São Paulo: Cortez, 1993.

SÁ, Virgínio. **Racionalidades e Práticas na Gestão Pedagógica**: o caso do diretor de turma. São Paulo: Instituto de Inovação Educacional, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semiovitch. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.